



ppri4.org



@CSM_RORAIMA

Pela constituição de uma chapa unitária da oposição do Sinter para *recuperar* *o sindicato das mãos da burocracia!*

Pela convocatória de uma Plenária/Convenção de base para *aprovar o programa* *e as reivindicações para a luta!*

Correntes sindicais da oposição, que estiveram nestes quase dois últimos anos organizando e convocando atos e manifestações de base para denunciar o imobilismo da direção que ajuda objetivamente os governos de plantão a impor o rebaixamento dos salários e a destruição das condições de trabalho e dos direitos, decidiram iniciar um debate coletivo para formar uma chapa de oposição.

A Corrente Sindical marxista – Guillermo Lora (CSM-GL) saúda essa iniciativa e se dispõe a ajudar a formar uma chapa unificada da oposição para conquistar a direção do sindicato para a defesa das reivindicações e dos métodos de luta que, no passado, nos permitiram impor a nossos patrões - os governos burgueses - importantes conquistas em defesa de nossas condições de vida, trabalho e ensino.

Sabemos pela experiência que as eleições são um momento decisivo na vida interna do sindicato porque nelas se define que política e programa irão conduzir o sindicato nos próximos anos. Se bem é um momento único e isolado, é muito importante que as eleições abram o caminho a uma nova direção democrática, classista e independente dos governos e partidos patronais (burgueses). Sabemos também que as correntes sindicais de oposição têm posicionamentos e programas diferentes. Mas, essas diferenças são expressão da riqueza de posições e ideias que se agitam ao interior da base.

A unidade deve ter sempre um conteúdo de classe definido e servir a um objetivo preciso. Caso sirva ao governo, trata-se de uma polí-

tica dependente de suas imposições e necessidades. Caso rompa com a subordinação ao governo e desenvolva a luta de classes, serve aos trabalhadores. Por isso, a unidade que defendemos se deve dar ao redor de um programa que expresse a necessidade da luta pelas reivindicações comuns da categoria a ser defendido nas eleições e, vencendo-as, para que guie a prática e a política de uma direção apoiada na democracia direta, na luta coletiva e na independência de classe.

A CSM-GL, trabalhará pela formação de uma chapa de oposição para as eleições baseada na real independência, na democracia operária, nos métodos de ação direta e na unidade frentista dos assalariados e movimentos em defesa de suas reivindicações comuns perante os governos. Nesse sentido, apresentamos às correntes e a base os princípios abaixo, que entendemos que devem ser fixados claramente como método para a constituição e funcionamento coletivo da chapa de oposição.

1) Defesa da democracia sindical/democracia operária. A democracia sindical é uma expressão das formas organizativas de deliberação e decisão baseadas na democracia direta das bases por meio das assembleias gerais, que se estendem aos Congressos, Conselhos, Plenárias etc. Neles, a categoria discute e decide quais são as reivindicações e os métodos para alcançá-las. A direção está obrigada a se submeter a suas decisões. Diferentemente, a “democracia” praticada pela burocracia sindical é a representativa/indireta dos parlamentos burgueses, segundo a qual, uma vez eleita, a direção

toma todas as decisões sem recorrer às decisões democráticas das instâncias deliberativas do sindicato. Essa “democracia” leva aos acordos de bastidores com os governos que rebaixam salários e atacam direitos. Eis aliás como uma direção se burocratiza.

2) Independência política e organizativa do sindicato perante os partidos e governos da burguesia. Sem a independência política e organizativa dos governos, quer dizer, do Estado e as instituições burguesas, não existe democracia sindical. Por isso, ou se defende consequentemente a real independência de classe, ou se acabará servindo de instrumentos dos governos e dos partidos patronais contra o sindicato. Está aí porque rejeitamos que a luta se deva submeter ao arbítrio das leis do estado e aos governos da burguesia. Defendemos a expulsão da burocracia como um passo para conquistar a independência de classe dos sindicatos para a luta dos trabalhadores.

3) Defesa dos métodos da ação direta e coletiva de massas. É por meio desses métodos que as/os trabalhadores impõem suas reivindicações e garantem seu cumprimento pelos governos. A ação direta é a expressão da deliberação e resolução coletivas, realizadas nas assembleias: quem vota executa os métodos para impor suas decisões. O contrário também é verdadeiro: a proeminência dos métodos burocráticos e as vias institucionais são a expressão dos interesses governistas no interior do sindicato. O desvio da luta para as instituições é a via da derrota, e beneficia a política das burocracias e os ataques dos governos que aprova

e aplica por meio dessas instituições.

4) Unidade de ação na luta pelas reivindicações comuns. A unidade de ação é a síntese das discussões e decisões coletivas realizadas dentro do quadro da democracia sindical. As correntes, independentes e militantes de base têm todo direito a expor suas posições e as submeter à votação. Uma vez tomada a decisão todos se devem disciplinar, tanto os que divergiram da maioria como, sobretudo, a direção. Rejeitamos o aparelhismo, o sectarismo e o individualismo que leva ao divisionismo organizativo e enfraquece a luta coletiva favorecendo os governos.

Esses princípios devem ficar claramente definidos no programa comum da chapa de oposição, para dessa maneira avançar na unidade frentista além das eleições. Nesse sentido, defendemos se debata amplamente nas reuniões e na Convenção, os seguintes objetivos e métodos políticos:

- 1) Defender as reivindicações que respondem às necessidades e interesses dos trabalhadores, e os impulsionam a impô-las governos com seus métodos de luta próprios.
- 2) Organizar com outros sindicatos e movimentos em luta uma frente única sob um programa comum de reivindicações em defesa dos empregos, salários, moradia, saúde, direito dos povos indígenas a sua autodeterminação etc.

Como reivindicações a serem debatidas na Plenária/Convenção, aprovadas por essa e incorporadas ao programa, defendemos:

- 1) Sistema de educação único público, laico, gratuito e científico.**
- 2) Revogação das reformas trabalhista, previdenciária, lei da terceirização, Ensino Médio etc.**
- 3) Combater a política de privatização e terceirização dos serviços.**
- 4) Imediato aumento salarial com reposição de todas as perdas. Reajuste automático dos salários de acordo com o aumento da inflação. Salário-mínimo vital (R\$ 7.274,43, segundo o DIEESE).**
- 5) Imediata efetivação e estabilidade para contratados e terceirizados, sem concurso público, que demonstraram na prática suas aptidões para o trabalho. Concursos para todos os novos cargos criados. Unidade de efetivos e contratados sob um programa comum de reivindicações!**
- 6) Controle e prestação de contas: que se forme uma comissão votada e revogável perante as assembleias para fazer um controle junto da direção sobre gastos, recursos ou bens adquiridos.**
- 7) Fundo de greve permanente controlado e administrado por um conselho com participação da base, eleito em assembleia.**